

3.0 **PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E POLÍTICAS SETORIAIS**

Neste capítulo serão apresentadas questões consideradas relevantes à Expansão do Loteamento Industrial Bellavista e as propostas governamentais relacionadas aos aspectos econômicos e socioambientais.

Tendo em vista a natureza e o porte do empreendimento, estabeleceram-se critérios para a seleção das iniciativas governamentais a serem tratadas no contexto deste EIA, de modo a assegurar a objetividade necessária. Dessa forma, procurou-se concentrar o estudo nas ações governamentais mais importantes e ligadas ao empreendimento em questão, nos âmbitos federal, estadual e municipal.

Este capítulo visa, também, analisar a compatibilidade do projeto com as diretrizes estabelecidas no Plano Diretor e no Zoneamento Municipal de Macaé, sendo que o **ANEXO B-1** deste EIA apresenta a Certidão de Consulta Prévia nº 2185/2013, emitida pela prefeitura de Macaé baseada nos termos do Art. 10 da Resolução Conama nº 237/97 e no Decreto Estadual nº 42.159/09.

Nesse sentido, foram abordadas ações relacionadas à ampliação de infraestrutura de apoio aos investimentos no setor *offshore*, à preservação do meio ambiente e à melhoria das condições de vida da população afetada por meio de incentivos ao desenvolvimento econômico sustentável.

O **QUADRO 3-1** apresenta os principais planos e programas governamentais em curso e previstos com potencial interface com o empreendimento nos âmbitos federal, estadual e municipal (Macaé e Rio das Ostras).

QUADRO 3-1
SÍNTESE DOS PLANOS E PROGRAMAS INTERFACEADOS COM A EXPANSÃO DO LOTEAMENTO INDUSTRIAL BELLAVISTA

Planos e Programas no Âmbito Nacional		
Planos/Programas	Síntese	Órgão Gestor
Programa Nacional do Meio Ambiente - PNMA II	O PNMA II atua na melhoria da qualidade ambiental em todo o País, através do incentivo à gestão integrada dos recursos naturais e do fortalecimento das instituições que compõem o Sistema Nacional do Meio Ambiente - SISNAMA. Dentre os principais objetivos do programa destacam-se a orientação dos órgãos estaduais de meio ambiente, visando à melhoria da qualidade ambiental a curto prazo, a promoção de ações conjuntas com empreendedores públicos e privados objetivando preservação, recuperação e conservação do meio ambiente estadual, participação na Gestão Integrada de Ativos Ambientais, o gerenciamento de projetos ligados ao meio ambiente e a descentralização dos recursos relacionados à gestão ambiental para os estados. Atualmente o Programa encontra-se em sua segunda fase (2009-2014), tendo por meta principal a atuação junto aos estados e ao governo federal nas seguintes temáticas ambientais: licenciamento, monitoramento e instrumentos econômicos para a gestão do meio ambiente.	Ministério do Meio Ambiente
Programa de Aceleração do Crescimento - PAC	Criado em 2007, o PAC aplicou R\$ 619 bilhões em investimentos em infraestrutura logística, social e urbana em todo o país até o final de 2010. Em 2011, teve início a segunda etapa do Programa, cuja execução global alcançou, até agosto de 2013, R\$ 619 bilhões nas áreas de transporte, energia, saneamento, habitação e recursos hídricos. O conjunto de investimentos está organizado em cinco eixos decisivos: Transportes, envolvendo a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; Energia, correspondendo a geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis, revitalização da Indústria Naval; e os eixos Cidade Melhor, Comunidade Cidadã, e Minha Casa Minha Vida, englobando investimentos em urbanização, saneamento, mobilidade, habitação, infraestrutura de saúde e educação e recursos hídricos, entre outros.	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH	O PNRH é um dos instrumentos estabelecidos pela Lei nº. 9.433/97, conhecida como Lei das Águas, a ser pactuado entre o Poder Público, os usuários e a sociedade civil, para fundamentar e orientar a gestão das águas.	Ministério do Meio Ambiente
Programa de Resíduos Sólidos Urbanos	Programa do Governo Federal que tem atuação voltada para o apoio ao desenvolvimento dos processos de gestão, de gerenciamento e de manejo de resíduos sólidos urbanos, com vistas a garantir soluções para os problemas ambientais e de saúde decorrentes de processos inadequados, com ênfase à inserção de componentes socioeconômicos.	Ministério das Cidades
Programa Nacional de Capacitação de Gestores Ambientais - PNC	O PNC tem o objetivo de formar e capacitar os agentes responsáveis pela elaboração e implementação da Política Municipal de Meio Ambiente, por meio da criação de um Sistema Municipal de Meio Ambiente, fortalecendo o SISNAMA.	Ministério do Meio Ambiente
Plano Nacional de Áreas Protegidas - PNAP	O PNAP inclui objetivos, diretrizes e estratégias para as áreas terrestres e marinhas do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC). Também define estratégias para integrar, em fases subsequentes, as demais áreas protegidas, como terras indígenas e quilombolas, num sistema ecologicamente representativo e efetivamente manejado até 2015.	Ministério do Meio Ambiente
Pró-Municípios	O programa objetiva apoiar a implantação e ou adequação de infraestrutura urbana que contribua para a qualidade de vida da população por meio de obras ou ações que não se enquadrem nas ações típicas de outros programas.	Ministério das Cidades
Serviços Urbanos de Água e Esgoto	Têm o objetivo de proporcionar a elaboração de estudos e projetos, equipamento, a implantação, a ampliação ou a melhoria dos sistemas de abastecimento de água, envolvendo atividades de captação, elevação, adução, tratamento, distribuição, ligações domiciliares e sistemas simplificados.	Ministério das Cidades
Programa de Drenagem Urbana	Esse programa visa promover a gestão sustentável da drenagem urbana com ações estruturais e não estruturais dirigidas à prevenção, ao controle e à minimização dos impactos provocados por enchentes urbanas e ribeirinhas.	Ministério das Cidades
Programa de Fortalecimento da Gestão Municipal Urbana	O principal objetivo deste programa é reduzir as desigualdades sociais e territoriais. Criado para apoiar a implementação do Estatuto das Cidades e assessorar os municípios na elaboração de seus Planos Diretores, o programa busca reforçar a capacidade de gestão territorial e urbana dos municípios e, assim, promover a inclusão social.	Ministério das Cidades
Programa Nacional de Combate ao Desperdício de Água - PNCDA	O PNCDA envolve a parceria de entidades representativas do setor de saneamento, organizações não governamentais, entidades normativas, fabricantes de materiais e equipamentos, prestadores de serviços (público e privado), universidades, centros de pesquisa e demais órgãos da esfera federal no fomento à implementação de medidas de conservação da água de abastecimento e a eficiência energética nos sistemas de saneamento.	Ministério das Cidades

Planos e Programas no Âmbito Nacional		
Planos/Programas	Síntese	Órgão Gestor
Programa de Gestão do Conhecimento	O programa é baseado em um sistema de apoio financeiro à pesquisa em unidades de conservação, utilizando recursos de compensação ambiental para o desenvolvimento de projetos. Para tanto, serão selecionados projetos de pesquisa atendendo a chamadas de editais. Serão aceitos projetos submetidos por pesquisadores doutores associados a grupos de pesquisa. O apoio aos projetos será feito por meio do pagamento de bolsas em nível de graduação e pós-graduação e recursos financeiros para auxiliar a execução das pesquisas.	Ministério do Meio Ambiente
Programa Agente Ambiental Voluntário	O programa Agente Ambiental Voluntário tem por finalidade propiciar a toda pessoa física ou jurídica, a participação voluntária em atividades de educação ambiental, conservação, preservação e proteção dos recursos naturais em unidades de conservação e demais áreas protegidas, habitadas por populações indígenas, rurais, quilombolas, extrativistas e de pesca.	Ministério do Meio Ambiente
Programa Nacional de Educação e Controle da Poluição Sonora – SILÊNCIO	O SILÊNCIO foi instituído pela Resolução Conama nº 02/90 considerando a necessidade de estabelecer normas, métodos e ações para controlar o ruído excessivo que interfere na saúde e bem estar da população.	IBAMA
Programa Monumenta	O Monumenta é um programa de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro tombado pelo IPHAN e sob tutela federal.	Ministério da Cultura
Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência - PROERD	O PROERD desenvolveu-se no Brasil com o objetivo primordial de atuar na prevenção do uso de drogas por crianças e adolescentes.	Polícia Militar
Plano Nacional de Logística e Transporte (PNLT)	O PNLT foi desenvolvido pelo Ministério dos Transportes – MT, em cooperação com o Ministério da Defesa – MD, por meio do Centran - Centro de Excelência em Engenharia de Transportes. Seu objetivo é formalizar e perenizar instrumentos de análise, sob a ótica logística, para dar suporte ao planejamento de intervenções públicas e privadas na infraestrutura e na organização dos transportes, de modo a que o setor possa contribuir para a consecução das metas econômicas, sociais e ecológicas do País, em horizontes de médio a longo prazo, rumo ao desenvolvimento sustentado. Trata-se, essencialmente, de um plano indicativo, em processo de reavaliação periódica, que permitirá visualizar o necessário desenvolvimento do setor dos transportes em face das demandas futuras, associadas com a evolução da economia nacional e sua inserção no mundo globalizado.	Ministério de Transportes e Ministério da Defesa

Planos e Programas no Âmbito Estadual		
Planos/Programas	Síntese	Órgão Gestor
Plano da Bacia Hidrográfica da Região dos Lagos e do Rio São João	Instalado em abril de 2004 por força do Decreto Estadual 36.733/04, o Comitê da Bacia Hidrográfica da Região dos Lagos - Rio São João (CBHLSJ) e em conformidade com a Lei 3.239/99, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos, vem desenvolvendo o Plano da Bacia, com apoio do Consórcio Intermunicipal Lagos - São João (CILSJ) e do Programa Água Doce do Fundo Mundial para Preservação da Vida Selvagem (WWF - Brasil), considerando a Lagoa de Imboassica entre os principais ambientes.	Consórcio Intermunicipal para Gestão das Bacias Hidrográficas da Região dos Lagos, Rio São João e Zona Costeira - CILSJ
Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e Desenvolvimento Sustentável	Instituída pela Lei Estadual nº 5.690/2010, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 43.216/2010, a Política Estadual sobre Mudança Global do Clima e o Desenvolvimento Sustentável estabelece princípios, objetivos, diretrizes e instrumentos aplicáveis para prevenir e mitigar os efeitos e adaptar o Estado do Rio de Janeiro às mudanças climáticas, bem como facilitar a implantação de uma economia de baixo carbono no Estado do Rio de Janeiro.	Secretaria de Estado do Ambiente
Política e Plano Estaduais de Recursos Hídricos	Instituída pela Lei Estadual nº 3.239/1999, a Política Estadual de Recursos Hídricos tem por objetivo garantir a disponibilidade e a qualidade dos recursos naturais e promover a proteção, conservação e recuperação de corpos hídricos e ecossistemas aquáticos. O Plano Estadual de Recursos Hídricos está em fase de elaboração e se encontra disponível para consulta no site http://www.hidro.ufrj.br/perhi/ .	Secretaria de Estado do Ambiente
Política e Plano Estaduais de Resíduos Sólidos	Instituída pela Lei Estadual nº 4.191/2003, e regulamentada pelo Decreto Estadual nº 41.084/2007, a Política Estadual de Resíduos Sólidos estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Rio de Janeiro, visando ao controle da poluição, da contaminação e a minimização de seus impactos ambientais. O Plano Estadual de Resíduos Sólidos encontra-se em fase de elaboração.	Secretaria de Estado do Ambiente

Planos e Programas no Âmbito Estadual		
Planos/Programas	Síntese	Órgão Gestor
Programa de Apoio às Unidades de Conservação	O Programa de Apoio às Unidades de Conservação tem por finalidade apoiar os municípios na criação de novas Unidades de Conservação no Estado do Rio de Janeiro, ampliando áreas protegidas em várias regiões do Estado, bem como apoiar os municípios na gestão das Unidades de Conservação já existentes.	Secretaria de Estado do Ambiente
Programa de Educação Ambiental	Criado pela Lei Estadual nº 3.325/1999, que instituiu a Política Estadual de Educação Ambiental, estabelece que como parte do processo educativo ambiental, incumbe às empresas, órgãos públicos e sindicatos, promover programas destinados à capacitação dos trabalhadores visando a melhoria e o controle efetivo sobre as suas condições e o ambiente de trabalho, bem como sobre as repercussões do processo produtivo no meio ambiente, inclusive sobre os impactos da poluição sobre as populações vizinhas e no entorno de unidades industriais;	Secretaria de Estado do Ambiente e Secretaria Estadual de Educação
Programa Estadual Pacto Pelo Saneamento	Criado pelo Decreto nº 42.930, de 18 de abril de 2011, tem por objetivo universalizar, no Estado do Rio de Janeiro, o acesso a sistemas de saneamento básico, minimizando os impactos negativos decorrentes da inexistência de tais sistemas sobre a saúde da população, o meio ambiente e as atividades econômicas.	Secretaria de Estado do Ambiente
Plano de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica dos Rios Macaé e das Ostras	Instalado em novembro de 2003 por força do Decreto Estadual nº 34.243/2003, o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Macaé e das Ostras, em conformidade com a Lei 3.239/99, que instituiu a Política Estadual de Recursos Hídricos, vem desenvolvendo o Plano da Bacia, considerando a Lagoa de Imboassica entre os principais ambientes.	Consórcio Intermunicipal Lagos São João (CILSJ)
Programa de Recuperação e Conservação de Rodovias	Com interface ao PNLT (federal) prevê a recuperação da sinalização rodoviária em diversos trechos da RJ 106, que passou recentemente por uma reformulação na sua sinalização, considerando pintura de faixas, implantação de tachões refletivos e defensas metálicas.	Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro (DER-RJ)

Planos e Programas no Âmbito Municipal		
Planos/Programas	Síntese	Órgão Gestor
Plano Diretor Municipal de Macaé Lei nº 076/06	Dota a cidade de instrumentos de gestão capazes de enfrentar as necessidades da população, controlar e orientar os usos dos espaços, proporcionando nova ordem à expansão da cidade e ao desenvolvimento de todo o município. É o projeto da cidade, incluindo também a área rural. Diante da sua importância para o município, o Plano Diretor de Macaé foi elaborado envolvendo a ampla participação da população na sua discussão.	Prefeitura Municipal de Macaé
Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (Fumdec)	Objetivo é incentivar a criação e adesão de políticas públicas que modernizem e simplifiquem a gestão pública municipal, provendo financiamentos aos variados setores que compõem a economia do município.	Prefeitura Municipal de Macaé
Programa Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (Peld)	Visa a incentivar pesquisas ecológicas de longa duração. O Site Peld Restingas e Lagoas Costeiras do Norte Fluminense investiga os ecossistemas aquáticos e terrestres do Parque Nacional da Restinga de Jurubatiba (PARNARJ) e de outros ambientes relevantes. As pesquisas limnológicas de longa duração foram iniciadas em 1992 com o monitoramento mensal das lagoas Imboassica, Cabiúna e Comprida. Atualmente o Peld inclui novas lagoas do PARNARJ: Peri-Peri, Comprida e Carapebus.	NUPEM
Programa Urbanístico Planejando Macaé	Prevê investimentos em infraestrutura e mobilidade urbana através do Plano Integrado de Mobilidade Urbana e Logística capitaneado pela PMM. Inclui a implantação do Arco Viário de Santa Teresa.	Prefeitura Municipal de Macaé

3.1 PROJETOS ECONÔMICOS

- Fundo Municipal de Desenvolvimento Econômico e Social (Fumdec)

O Fumdec tem atuação limitada ao município de Macaé e seu objetivo é incentivar a criação e adesão de políticas públicas que modernizem e simplifiquem a gestão pública municipal, provendo financiamentos aos variados setores que compõem a economia do município, atendendo às especificidades e ao dinamismo de Macaé. Tais práticas e modelo de atuação permitem o desenvolvimento econômico orientado com qualidade e planejamento, promovendo as vocações locais, gerando cadeias produtivas de grande poder de alcance e direcionadas para o crescimento e geração de emprego e renda.

Em meio a essa atuação a disponibilização de recursos financeiros para a formatação de linhas de crédito se dão através da identificação dos ramos de negócios que compõem o Arranjo Produtivo Local, o que potencializa os fatores de competitividade, uma vez que o Fumdec atua em uma estrutura de complementaridade, conduzindo o crescimento como um todo.

Em paralelo, a equipe do Fumdec entendeu ser prioridade no município alguns temas estratégicos para gestão 2013/2016. Mapear processos internos para abertura de empresas, obtenção de alvará de licença, licenciamento ambiental, entre outros, de modo a simplificar e padronizar os atendimentos, concebendo, assim, a nova visão da administração pública chamada de “Cidade-rede”.

Com foco principal nas micro e pequenas empresas, o aumento de produtos e linhas de crédito disponíveis associadas às diversidades de negócios do campo e da cidade, *onshore* e *offshore* são planos estratégicos, observando a adequada relação de eficiência de alocação de capital. Consolida-se assim o Fumdec no papel de parceiro fundamental para o desenvolvimento econômico e social de Macaé.

- **Lei de Incentivo Industrial (Lei nº 4.190/03)**

Uma lei específica, gerenciada pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Estado do Rio de Janeiro (CODIN), concede incentivos elevados para atividades com maior potencial de desenvolvimento nas regiões Norte e Noroeste Fluminenses. Os financiamentos para setores prioritários - minerais não metálicos, agroindústria, têxtil e confecções e equipamentos para indústria de petróleo têm as seguintes condições:

- Valor do financiamento: até 200% do investimento fixo;
- Liberação dos recursos: até 9% do faturamento incremental;
- Prazo de utilização e carência: até 84 meses;
- Prazo de amortização: até 60 meses;

- Juros nominais: 6% aa;
- Outros encargos: 1% sobre cada parcela do financiamento e 1% sobre cada parcela de juros e amortização; e
- Garantias: 100% do valor do financiamento.

Para os demais setores também há incentivos, porém menores.

3.2 PROJETOS DE TRANSPORTES

O sítio onde se localiza o empreendimento encontra-se numa área de fácil acesso a partir dos grandes eixos rodoviários da região: a rodovia federal BR 101 e as rodovias estaduais RJ 106 e RJ 168 que, além de permitirem acesso ao sítio, são vitais para o transporte de pessoas, matérias primas e produtos relacionados à indústria do petróleo da Bacia de Campos. Essas vias proporcionam maior acessibilidade aos municípios de Macaé e Rio das Ostras, embora tenham problemas de capacidade de inserção na malha urbana e de condições de manutenção, com obras em curso e/ou previstas.

O principal acesso ao sítio do empreendimento se dá pela rodovia RJ 106, conhecida como Amaral Peixoto. A partir desta via é possível acessar a planta pelas vias municipais Estrada de Imboassica (MC-088), Estrada Melchiades Ribeiro de Almeida, Rua Lauro Pinto Haytzann e pelo acesso lateral do Parque de Tubos da Petrobras, para posteriormente acessar a Estrada de Servidão - Gleba A. O acesso à RJ 106 é feito tanto pelo município de Macaé, a partir da RJ 168, quanto por Rio das Ostras, diretamente. Outra possibilidade de acesso ao sítio é através da estrada municipal de Santa Teresa, a partir da RJ 168, em Macaé, ou ainda pela estrada municipal ROS 101, em Rio das Ostras.

Dos três eixos viários principais, embora todos tenham propostas de melhorias, apenas os investimentos na BR 101 foram previstos no Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), desenvolvido pelo Ministério dos Transportes, em cooperação com o Ministério da Defesa.

A privatização da BR 101, realizada recentemente, é mais uma proposta do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) que pretende beneficiar o Estado do Rio de Janeiro. A BR 101 Norte recebe grande movimentação de cargas e serviços da Bacia de Campos, sendo uma das principais vias de ligação entre as regiões Norte e Sul do país, pelo litoral. O projeto de concessão vigorará 25 anos e consiste em:

- Instalação de postos de pedágio em 320 quilômetros da rodovia, no trecho que vai da Ponte Rio-Niterói até a divisa com o Espírito Santo. A cada 65 quilômetros, em média, será construída praça de pedágio, com baixo volume de obras e melhorias;
- Duplicação de 70,9 quilômetros entre os municípios Rio Bonito e Casimiro de Abreu; e
- Implantação de variante de contorno de Campos dos Goytacazes (já finalizada).

Sobre a duplicação da BR 101 no trecho entre Rio Bonito e Casimiro de Abreu, o projeto contempla a execução de uma nova pista, em paralelo à existente, com duas faixas de rolamento para cada sentido, mais acostamentos e sinalização horizontal e vertical. Este é o segundo trecho da BR101 a ser duplicado dentro do Estado do Rio de Janeiro. O primeiro, com obras também em andamento, é o trecho entre Macaé e Campos dos Goytacazes, numa extensão de 42 quilômetros. O terceiro e último, entre Macaé e Casimiro de Abreu, está em fase de licenciamento ambiental. Serão duplicados, ao todo, 176,6 quilômetros (do Km 84,6, em Campos dos Goytacazes, ao Km 261,2, em Rio Bonito). O trecho da BR101 entre Rio Bonito e Niterói já está duplicado.

As demais intervenções necessárias na rede rodoviária, embora previstas pelo Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes (DNIT), não estão no Plano Nacional de Logística e Transportes (PNLT), mas fazem parte de programas estaduais e municipais. Entre elas, está a recuperação da sinalização rodoviária em diversos trechos da RJ 106, promovida pelo Departamento de Estradas de Rodagem do Rio de Janeiro (DER-RJ). A RJ106 passou recentemente por uma reformulação na sua sinalização, que executou a pintura de faixas em 200 quilômetros da via, onde foram colocados também mais de 30 mil novos tachões refletivos e 2 quilômetros de defensas metálicas.

No âmbito municipal, encontra-se em curso a implantação do Programa Planejando Macaé, que prevê investimentos em infraestrutura e mobilidade urbana através do Plano Integrado de Mobilidade Urbana e Logística. Entre as iniciativas, está a duplicação de dois trechos da RJ 106, já em fase obras, e reativação da linha férrea para implantação do sistema de Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), para transporte de passageiros. É prevista também a criação do Arco Viário de Santa Teresa (**ANEXO B-2** – carta de compromisso do atual do prefeito de Macaé), que contempla a pavimentação da estrada de mesmo nome, que dá acesso direto ao sítio do empreendimento a partir da rodovia RJ 168. Também de iniciativa municipal, estão em curso as obras para pavimentação da Estrada de Imboassica (MC-088).

3.3 PROJETOS DE INFRAESTRUTURA

O município de Macaé visa a expansão de sua infraestrutura e mobilidade urbana por meio da implantação do Projeto Urbanístico Planejando Macaé, que apresenta soluções e alternativas para o trânsito, a infraestrutura urbana e a reforma de espaços que fazem parte da história e da cultura de Macaé, município de 200 mil habitantes, localizado a 182 km do Rio de Janeiro.

Idealizado pela equipe técnica da prefeitura de Macaé em parceria com o arquiteto e urbanista Jaime Lerner, o projeto foi estruturado após a realização de um estudo que possibilitou a definição do planejamento estratégico e a elaboração das diretrizes para a reformulação urbanística da cidade.

A alavancada de crescimento de Macaé começou nos anos 70, após a implantação da sede operacional da Petrobras Bacia de Campos na cidade. Mas o planejamento urbano não acompanhou o desenvolvimento econômico do município e Macaé cresceu de forma desordenada. Por isso, o novo projeto integra medidas de curto prazo, com obras que vão impactar diretamente o cotidiano da população, e ações de médio e longo prazo, que prepararão a infraestrutura da cidade para os próximos 20 anos, considerando o crescimento previsto em função da nova etapa de exploração de petróleo na região: o pré-sal.

A recuperação e ampliação da RJ-106 (Rodovia Amaral Peixoto), a reformulação da orla de Imbetiba, que inclui criação de ciclovia, plataforma cultural e de uma passarela que funcionará como mirante, a macrodrenagem dos canais de águas pluviais e a construção da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) serão as primeiras obras do "Planejando Macaé". As etapas de médio e longo prazo do projeto contemplam a implantação do Veículo Leve sobre Trilhos (VLT), metrô de superfície que ligará o Centro ao eixo Sul da cidade por um trecho de 12 km, e a revitalização da avenida Rui Barbosa e do Mercado de Peixes, que será transformado em Mercado Municipal. Veja detalhes dos projetos.

A Orla de Imbetiba também é contemplada por este projeto, com ações de requalificação e previsão de:

- 150 mil moradores beneficiados com as obras de macrodrenagem e saneamento;
- Ampliação da capacidade de escoamento das águas pluviais de 3.000 l/s para 10.500 l/s;
- 4 km de canais de macrodrenagem pluvial;
- 150 km de redes de esgoto;
- 15 mil ligações prediais domiciliares;
- 5,9 km de interceptores;
- 15 estações elevatórias de esgotos;
- 12 km de metrô de superfície ligando o Centro ao eixo Sul da cidade e;
- 9 mil passageiros, por dia, no VLT de Macaé.

3.4 PROJETOS AMBIENTAIS

O sítio previsto para a Expansão do Loteamento Industrial Bellavista está inserido em uma região de Mata Atlântica, bioma reconhecido pelos seus altos índices de diversidade. Originalmente, a Mata Atlântica abrangia uma área de mais de 1 milhão km² e estendia-se ao longo de 17 estados brasileiros, incluindo o do Rio de Janeiro. Devido a sua localização ao longo das áreas costeiras, esse bioma concentra cerca de 112 milhões de habitantes, ou mais de 61% da população do país, em mais de 3.200 municípios, sendo um dos biomas mais ameaçados mundialmente (SOS Mata Atlântica, 2012). Na região de Macaé e

Rio das Ostras são encontradas diversas formações vegetais de Mata Atlântica, dentre elas, florestas ombrófilas, florestas estacionais e restingas.

Nesse sentido, alguns projetos voltados à conservação da biodiversidade desses ambientes naturais merecem destaque nesta abordagem, sendo eles:

- Programa Pesquisas Ecológicas de Longa Duração (Peld)

O Peld, concebido e financiado pelo Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Científico (CNPq), órgão do Governo Federal, visa a incentivar pesquisas ecológicas de longa duração.

Com apoio desse Programa foi criado, em 1993, o Núcleo de Pesquisas Ecológicas de Macaé da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Nupem/UFRJ), uma unidade avançada de pesquisa, ensino e extensão do Instituto de Biologia da UFRJ. O Nupem/UFRJ foi criado através de convênio firmado entre o Laboratório de Limnologia da UFRJ e a Prefeitura Municipal de Macaé, para realização de pesquisas limnológicas em algumas lagoas do Parque Nacional Restinga de Jurubatiba (PARNARJ) e na Lagoa Imboassica.

O Nupem/UFRJ passou por diversas ampliações e recebe atualmente vários alunos e pesquisadores. Conta com quartos, alojamentos, salas de aula e de computadores, cozinha, refeitório, biblioteca e laboratórios, além de funcionários permanentes. As pesquisas se concentram no PARNARJ, localizado no Nordeste do Estado do Rio de Janeiro, abrangendo os municípios de Macaé, Carapebus e Quissamã.

O Site Restingas e Lagoas Costeiras do Norte Fluminense, inserido no Peld, é resultado do esforço multidisciplinar de cientistas do Estado do Rio de Janeiro, que investigam os ecossistemas aquáticos e terrestres do PARNARJ e de outros ambientes relevantes. As pesquisas limnológicas de longa duração foram iniciadas em 1992 com o monitoramento mensal das lagoas Imboassica, Cabiúna e Comprida, sendo essas últimas localizadas no PARNARJ.

Com a escolha do Site Restingas e Lagoas Costeiras do Norte Fluminense no âmbito do Peld, as lagoas Imboassica e Cabiúnas continuam a ser monitoradas mensalmente, enquanto novas lagoas foram incluídas nesse monitoramento mensal: Peri-Peri, Comprida e Carapebus. Estas lagoas foram escolhidas por melhor representarem o mosaico de condições ambientais das 18 lagoas do PARNARJ: Peri-Peri, intermitente e hipersalina e Comprida, doce e com grande presença de ácidos húmicos. Essas 18 lagoas apresentam enormes diferenças quanto as suas características físicas, químicas e biológicas, e abrangem um largo espectro de características ecológicas, como, por exemplo: salinidade de 0 a 80 ‰; pH de 4 a 10 e clorofila-a de 1 a 130 µg l⁻¹.

Desde o início do Peld todas as lagoas do PARNARJ têm sido limnologicamente monitoradas pelo menos uma vez por semestre.

Ainda, os peixes das lagoas Imboassica, Cabiúnas e Comprida vêm sendo estudados desde 1990, quanto as variações espaço-temporais da composição e estrutura da comunidade. Aspectos como estrutura trópica e reprodutiva (incluindo ovos e larvas de peixes) vêm sendo enfatizados. No PARNARJ vêm sendo estudados aspectos de distúrbios naturais como dessecação das lagoas e posterior recolonização pelos peixes e elaboração de protocolos de monitoramento para subsidiar conservação e manejo.

- Programa de Apoio às Unidades de Conservação (ProUC)

O ProUC é um programa desenvolvido pela Secretaria de Estado do Ambiente, objetivando estimular e assessorar os municípios do Estado do Rio de Janeiro a implementarem Unidades de Conservação, em consonância com o que dispõe a Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.

Entre 2009 e 2011, o Programa já apoiou 8 municípios (Areal, Armação dos Búzios, Arraial do Cabo, Cachoeira de Macacu, Maricá, Miracema, Santa Maria Madalena e Teresópolis) a criarem um total de 38.420 hectares de Unidades de Conservação de Uso Sustentável e 16.459 hectares de Unidades de Conservação de Proteção Integral.

Além disso, o programa também tem como finalidade o apoio aos municípios na gestão das Unidades de Conservação já existentes, enquadrando as áreas protegidas existentes antes de 2000 aos termos da Lei nº 9.985/2000, além de promover a capacitação dos gestores municipais nas atividades relacionadas à criação, implantação e gestão de tais unidades.

Também entre 2009 e 2011, 6 municípios (Bom Jesus de Itabapoana, Macaé, Magé, Paracambi, Três Rios e Trajano de Moraes) obtiveram apoio para adequação de Áreas de Conservação.

Em Macaé, especificamente, a adequação ocorreu em relação ao Parque Municipal e à Área de Proteção Ambiental do Arquipélago de Santana, situado a oito quilômetros da costa de Macaé. Tais unidades de conservação foram instituídas em 1989 mediante a Lei Municipal nº 1.216. Em 2011, após o apoio fornecido através do ProUC, foi publicado o Decreto Municipal nº 018, que regulamentou a referida lei, adequando essas unidades à Lei nº 9.985/2000.

Atualmente, segundo informações da Secretaria de Estado do Ambiente, 18 municípios estão sendo assessorados pelo ProUC.

3.5 CONSIDERAÇÕES GERAIS

Não são verificadas incompatibilidades entre o projeto da Bellavista e os programas governamentais e políticas setoriais nos âmbitos nacional, estadual e ou municipal, com potenciais interfaces.

Os objetivos do projeto em estudo estão ancorados na visão estratégica de desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro, em especial dos municípios da Bacia de Campos, uma vez que o empreendimento em questão refere-se ao parcelamento de terreno em zona industrial em lotes para venda principalmente a empresas prestadoras de serviços e de apoio à indústria *offshore* de petróleo e gás.

Assim, a Expansão do Loteamento Industrial Bellavista vem ao encontro das maiores e melhores intenções de desenvolvimento para o Estado do Rio de Janeiro e para o Município de Macaé.